



**O ser e a história: Uma análise da ontologia histórica em *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur**

**The Being and the History: An analysis on the historical ontology in *Memory, History, Forgetting* by Paul Ricoeur**

PEREIRA, Lucas de Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** Após as guinadas crítica e narrativa, ocorridas na década de 1980, mas fruto de debates que se estendem por, ao menos, duas décadas, vários campos da história tiveram um crescimento substancial, especialmente a historiografia, na medida em que o abalo das questões norteadoras da prática historiográfica, especialmente sua concepção de ciência, levou à valorização do diálogo com a filosofia. Pretendo, neste artigo, destacar um dos diálogos possíveis nesta configuração, analisando a questão da ontologia, das vicissitudes do ser em relação à história no livro de Paul Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento*, enfatizando a relação entre memória e Ser na historiografia.

**Palavras chave:** Filosofia da história, Ontologia histórica, Paul Ricoeur, Historiografia.

**Abstract:** After the critical and narrative twists that occurred in the 1980s, even though result of discussions that extended for, at least, two decades, various fields of history have had substantial growth, especially historiography, in the extend that the change of the guiding questions historiographical practice, especially the conception of science has led to the enhancement of dialogue with philosophy. In this article, I intend to highlight one of the possible dialogues in this setting, analyzing the question of ontology, the vicissitudes of being in relation to history in the book of Paul Ricoeur's *Memory, History, Forgetting*, emphasizing the relationship between memory and historiography in the Being .

**Keywords:** Philosophy of history, historical ontology, Paul Ricoeur, historiography

Analisar a relação entre história e filosofia pressupõe, antes de tudo, se situar na linha tênue entre os dois campos de saber, e, pelo fato de mover-se entre fronteiras, estar sujeito às críticas de ambos os *fronts*. Desde o processo de institucionalização dos saberes, em meados do século XIX, e a subsequente radicalização da defesa desses campos, agora institucionais e disciplinares, as formas de conhecimento das humanidades vivem uma posição bastante ambígua: por um lado defendem o diálogo e a cooperação entre as diferentes especialidades, por outro, só aceitam que esse diálogo se realize enquanto uma função auxiliar. Ao longo do século XX, história e filosofia se entrelaçaram

<sup>1</sup> Graduado (2009) e doutor (2013) em história pela UNESP de Assis, atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC) na área de história da ciência e pensamento científico no Brasil.

**Recebido em:** 27 de julho de 2014

**Aprovado em:** 21 de outubro de 2014.

a partir de duas perspectivas profundamente diversas entre si: uma marcada pela crítica epistemológica do conteúdo historiográfico e o outra pela defesa do sentido da história.

A crítica epistemológica foi, sem dúvida, o principal meio de diálogo entre história e filosofia no século XX. Inúmeros autores, de ambos os campos, debruçaram-se sobre questões metodológicas da história que, embora revestidas de um caráter objetivo-científico, efetivavam-se como reflexões puramente teóricas. Em sua maioria, traziam uma leitura bastante superficial da filosofia, rechaçando-a como conhecimento por demais especulativo, como se seu campo de estudos fosse positivamente objetivo. A crítica ontológico-epistemológica encontrou maior receptividade por parte dos historiadores, mas apenas em seu segundo termo, ou seja, apenas o conteúdo epistemológico da historiografia, deixando o campo ontológico à parte. Capitaneados pelo clássico *Apologie pour le historie*, de Marc Bloch, uma verdadeira geração de historiadores passou a refletir sobre problemas epistemológicos de suas pesquisas. Tratavam-se, geralmente, de historiadores de renome que se propunham a pensar elementos teóricos da historiografia, mais a partir de suas experiências pessoais que por reflexões mais aprofundadas. São os “oficiais” da história, que passaram a usar um vocabulário cheio de metáforas laborais: artesão, gabinete de trabalho, ofício, tornaram-se frequentes no vocabulário dos historiadores. Logo, as reflexões acerca da história produzida por historiadores em meados do século XX são marcadas por este sentimento empírico, da reflexão não sobre ideias, mas sobre a própria práxis. O elemento ontológico destas análises se refere ao caráter de subjetividade inevitável na historiografia: há uma subjetividade inegável, mas a ser dominada.

A segunda forma de diálogo entre filosofia e história é frequentemente apontada pelos historiadores como grande vilã, na medida em que atribui ao filósofo o direito de inquirir a razão histórica, de descobrir a “verdadeira” história da qual o historiador seria apenas um zelador dos documentos, incapaz de estabelecer as ligações necessárias para tornar fatos ou movimentos isolados em atributos do espírito de um tempo. O filósofo espanhol Antonio Millan Puelles é um exemplo dessa forma de pensamento repudiada pelos historiadores. Para Puelles, a história conteria não apenas seu núcleo empírico, mas também uma determinada configuração teórica “es susceptible de una consideración *abstracta* que sin dejar de reconocer a aquella la concreción que realmente tiene, no estudia esa concreción, sino el sujeto mismo en general al cual conviene tenerla”<sup>1</sup> (PUELLES, 1951, p.16), no entanto, para o autor, se o próprio historiador recusa essa dimensão de seu campo de trabalho “tiene,

1 “é suscetível de uma consideração abstrata que, sem deixar de reconhecer à aquela a concretude que realmente possui, não estuda essa concretude, se não o próprio sujeito em geral ao qual convém possuí-la” (PUELLES, 1951, p.16).



pues, el filósofo derecho de preguntarse por la estructura generalísima del ser y del conocer históricos”<sup>2</sup> (PUELLES, 1951 p.16).

Sendo assim, a maioria dos livros e textos que relacionam filosofia e história tem, em seu parágrafo inicial, a missão de elucidar tal afastamento. Essa necessidade de justificava, já em seu início, denota a dificuldade em se estabelecer o diálogo entre os campos. As razões motivadoras de tal distanciamento apontadas, pelos autores de ambos os campos, também apresentam semelhanças: do lado dos filósofos havia a reivindicação daquilo que os historiadores menosprezavam: a dimensão abstrata do ser e do conhecer históricos. Os historiadores, por sua vez, argumentavam que a filosofia, ou melhor, que a filosofia da história seria um duplo engano: engano quanto à questão do sentido, já que buscariam traçar um sentido artificial para o processo histórico; engano quanto à questão epistemológica, na medida em que preferiam se apoiar nas “evidências” e nos “fatos”. Dessa forma, os historiadores optaram pelo diálogo com as formas de conhecimento em torno das humanidades mais “jovens” e que também buscavam se efetivar enquanto ciências.

A proximidade da História com as Ciências Sociais até meados dos anos 1980 distanciou os historiadores de um necessário diálogo com a filosofia. Aliás, as desconfianças dos primeiros em relação à Filosofia da História impediu que a disciplina evoluísse em direção a uma maior conceituação e reflexão (SILVA, 2007, p.168).

A cientificidade da história, contudo, sempre surgiu de forma tensa, pouco precisa. Os historiadores metódicos já admitiam que a história não era uma ciência exata, ou seja, representava uma forma particular de ciência (ainda que o método para análise proposto por Langlois e Seignobos fosse fechado e com pretensões universais). Lucien Febvre definiu a história como uma “ciência mole”, cujas particularidades precisavam ser enfatizadas e que não se reduziram aos métodos e abordagens das ciências exatas. Bloch, por sua vez, afirmou que “a história não apenas é uma ciência em marcha. É também uma ciência na infância” (BLOCH, 2001, p.47). Paul Veyne, já na década de 1970, pensou a história como uma narrativa com *núcleos de cientificidade* (VEYNE, 1995). A busca pela cientificidade na história ajudou a reforçar seu distanciamento com a filosofia, legando aos próprios historiadores a tarefa de definir seus parâmetros metodológicos e teóricos, desvalorizando questionamentos fundamentais que envolviam a narrativa, a temporalidade, as discontinuidades, o sentido histórico, etc. Nesse sentido, a tradição epistemológica da história baseou-se, em boa parte do século XX, no empirismo como modo de abordagem que conferia solidez à cientificidade histórica.

<sup>2</sup> “Tem, pois, o filósofo o direito de perguntar-se acerca da estrutura generalíssima do ser e do conhecer históricos” (PUELLES, 1951 p.16).



Isso não impediu, obviamente, que historiadores refletissem, teoricamente, seu campo de trabalho, tampouco que a filosofia da história tenha minguado pelo excesso de críticas recebidas. A década de 1980 é apontada como ponto de ruptura com a hegemonia dos grandes modelos teóricos que até então sustentavam a historiografia: o marxismo e os *Annales*. Os trabalhos dos marxistas ingleses, em especial os relacionados com os Estudos Culturais, elaboraram uma nova leitura da teoria marxista partindo das formações culturais e da noção de experiência como elemento materializador da cultura, afastando-se das simplificações economicistas que predominaram nas análises marxistas da primeira metade do século XX. No entanto, ao contrário dos *Annales*, que buscavam a suplantação das filosofias da história, os autores ingleses propunham uma reflexão sobre a produção marxista e o deslocamento de suas perspectivas, abandonando o *marxismo vulgar* em prol de pesquisas atentas ao efeito da cultura na sociedade e nos grupos sociais. Nem combates nem “desconstruções”, encontramos, antes, a preocupação com a *releitura, reelaboração*.

Na França, os *Annales* absorveram essa transição por meio dos *tournant critique*, guinadas críticas nas quais os historiadores buscaram novas bases para a configuração de sua epistemologia. Nesse ponto, delimita-se uma segunda fase da crítica da articulação entre filosofia e história no século XX.

Essa nova guinada, a partir da década de 1980, é marcada por uma dupla recusa: por um lado ainda enfatizando a crítica às metafísicas; por outro, questionando, também, a segurança com a qual os historiadores passaram a pautar-se na ciência como modelo de explicação e validação da história enquanto disciplina.

A crítica narrativa consagrou Paul Ricoeur como um dos grandes teóricos da história, em muitos casos preenchendo a lacuna deixada pelos paradigmas franceses da historiografia, sobretudo o dos *Annales*. O modo como o filósofo associou a hermenêutica à narrativa histórica permitiu uma nova posição no polêmico debate acerca da narrativa e da historiografia, ao se afastar da perspectiva de Hayden White que invalidaria a distinção entre história e literatura. Para Ricoeur, ao contrário, a história é, sim, narrativa, mas uma narrativa carregada pela tensão da verdade, do pacto entre o historiador e o leitor que segue a intriga proposta.

O fim da década de 1980 trouxe, também, importantes acontecimentos políticos que seriam marcantes na produção posterior de Ricoeur. O fim da URSS, e seu símbolo mais forte, a queda do muro de Berlim, dissolveu o mundo binário, bipolarizado da Guerra Fria, por um modelo neoliberal pautado na globalização. Alguns viram, nessa suposta vitória do liberalismo, mais um indício do fim da história, para outros não passaria de mais uma etapa no



conturbado desenvolvimento do capitalismo ocidental. Para Ricoeur, essa nova configuração política do mundo trazia ainda mais questionamentos acerca da questão da subjetividade, na medida em que, mais do que nunca, colocava o indivíduo no centro de inúmeras tensões: como governar, como me portar perante o mundo, como evitar o mal, como criar uma utopia do *viver-juntos-bem*, enfim, longe de abolir o sujeito, para Ricoeur o fim da bipolarização trouxe uma multiplicação das subjetividades, das formas de relacionar-se consigo mesmo e com os outros.

Trabalharei mais detidamente o último livro de Ricoeur *A memória, a história, o esquecimento* (RICOEUR, 2000) por aproximar a discussão do ser da história. *A memória, a história, o esquecimento* traz, em seu título, as principais linhas que Ricoeur seguiu ao longo de suas obras: a memória remete à fenomenologia, em como uma multiplicidade de sensações, pensamentos, imagens que se moldam, refazem-se de modo sempre relacional. *A história*, por sua vez, diz respeito à armação de uma intriga, à elaboração da narrativa a partir das operações mnemônicas. Por fim, o *esquecimento* traz à tona a questão da subjetividade, de um processo humano que associa os dois termos anteriores, na medida em que questiona como memória e história podem ser esquecidas, até mesmo perdoadas. Assim, o título do livro já indica uma fórmula hermenêutica, cujo modelo fora proposto em *Tempo e narrativa*, pondo em jogo a memória (mimese I, campo comum de compreensão), a história (mimese II, campo de configuração, elaboração da narrativa) e o esquecimento (mimese III, recepção, uma forma do indivíduo se relacionar, de agir em relação aos campos anteriores)<sup>3</sup>.

Cabe destacar que *A memória, a história, o esquecimento* tem sido abordado com certa frequência por historiadores, especialmente aqueles interessados nos conceitos de memória e esquecimento/perdão<sup>4</sup>. A proposta deste artigo é trazer uma leitura mais pormenorizada dos aspectos subjetivos

3 Sobre a questão do título, Ricoeur o explicou em uma conferência apresentada em 2003 na cidade de Budapeste intitulada "*Memory, history, oblivion*": "O fio condutor do meu livro é a escrita da história de acordo com a definição lexical da história como historiografia. Daí a ordem seguida pela temática: em primeiro lugar, a memória enquanto tal; depois, a história enquanto ciência humana, e o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos. A memória, segundo esta construção linear, era vista simplesmente como matriz da história, enquanto a historiografia desenvolvia o seu próprio percurso além da memória, desde o nível dos testemunhos escritos conservados nos arquivos, até ao nível das operações de explicação; depois, até à elaboração do documento histórico como obra literária. O esquecimento era, neste caso, tratado, sobretudo como uma ameaça para a operação central da memória, a reminiscência, a anamnese dos gregos, e, logo, como um limite da exigência do conhecimento histórico de providenciar uma narrativa que ligue os acontecimentos passados. Do ponto de vista da escrita da história, a noção de passado histórico parece ser a última e irredutível referência de todo o trabalho da historiografia" (RICOEUR, 2003, p. 1). Disponível em [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia) [Acessado em 20/07/2014].

4 Poderíamos citar, a título de exemplo, artigos recentes de pesquisadores brasileiros: (MELO, 2010); (NETO, 2011); (OLIVEIRA; TEDESCHI, 2011).



da história, seja em seu momento mais elementar, a formação da memória, seja no momento da criação da narrativa, da escrita da história. Tratarei de dois aspectos do livro: a formação da memória e a associação entre história e ontologia. Pretendo demonstrar que longe da perspectiva mutuamente excludente trazida pelas filosofias da história, a perspectiva de Ricoeur traz uma valorização do sujeito histórico e da interpretação sem excluir as especificidades da pesquisa histórica.

### Memória e Narrativa

Em *A memória, a história, o esquecimento* Ricoeur estruturou o conceito de memória a partir da mediação de sua construção e de seu uso social: o primeiro ponto diz respeito às bases elementares do processo da memória, sua função propriamente cognitiva, ou seja, de que forma o indivíduo se relaciona com sua memória? O segundo ponto questiona os usos e abusos ao qual a memória é suscetível: as práticas de memorização e o uso político da memória fazem parte desse segundo bloco que conduzem à distinção entre memória individual e coletiva.

A questão da memória sob a ótica de Ricoeur começou pela distinção na concepção de dois autores gregos: Platão e Aristóteles. A ideia de Platão, acerca da memória, vincula-se diretamente com a noção de rastro, de impressão. É a famosa metáfora do molde de cera: a memória seria uma cera mole sobre a qual determinados elementos gerariam impressões. Ricoeur distanciou, neste momento, o *rastro* relativo ao historiador da *impressão*, posto que a última representa um elemento *afetivo*, nas palavras do autor: “rastro escrito num suporte material, impressão-afecção ‘na alma’, impressão corporal, cerebral, cortical” (RICOEUR, 2000, p.34). Logo, a lembrança-afecção constitui o nível mais molecular da memória, o instante que marca a alma e que, pode, ou não, se tornar um rastro se marcado num suporte material.

Aristóteles, por sua vez, adicionou um segundo elemento à equação da memória. De acordo com Ricoeur, a originalidade de Aristóteles está na distinção entre a recordação (*mnémé*) e a lembrança (*anamnésis*). A base dessa diferença está na operação executada pelo indivíduo: a lembrança equivale ao nível mais elementar da memória, aquela relação de afecção, ao passo que a recordação é uma operação mais complexa, pois exige articular diferentes lembranças, diferentes afecções.

La distinction entre *mnémé* et *anamnésis* repose sur deux traits: d’un côté, le simple souvenir survient à la manière d’une affection, tandis que le rappel consiste en une recherche active. De l’autre côté, le simple souvenir est sous l’emprise de l’agent de l’empreinte, alors que



les mouvements et toute la séquence de changement que l'on va dire ont leur principe en nous<sup>5</sup> (RICOEUR, 2000, p.22).

Outro elemento que aproxima o conceito de memória à historiografia se refere à questão do *acontecimento*: “Il concerne le privilège donné spontanément aux événements parmi toutes les ‘choses’ dont on se souvient” (RICOEUR, 2000, p.28). Um acontecimento é uma ideia bastante complexa porque sua narrativa integra uma série de operações que já citamos acerca da narrativa, entre elas a localização geográfica, o recorte temporal, bem como, as operações relativas ao referente: quem foram os agentes envolvidos, quem narrou, sobre quais condições foi armada a intriga, que impacto ela suscitou após sua armação.

Para além de um referencial unicamente temporal, Ricoeur demonstrou que a memória precisa estabelecer um diálogo entre os eventos ocorridos em uma dada delimitação geográfica e a temporalidade que envolve o evento. Essa operação mnemônica é idêntica à relação da narrativa histórica, assim, Ricoeur estendeu uma ponte entre a memória cognitiva, a memória “sentida” e a memória narrada, na medida em que ambas se referem a uma forma de lidar com um evento e de situar o indivíduo enquanto ser singular ao coletivo de uma história.

Após especificar o conceito de memória em seu aspecto cognitivo, prossigamos à segunda tarefa de Ricoeur, que diz respeito aos usos e abusos possíveis da memória sob um ponto de vista prático, de ação em relação a essa memória cognitiva. O questionamento, nesse caso, recai sobre a forma como os indivíduos se relacionam, praticam a memória, num primeiro momento e, como a memória também é utilizada para fins autoritários, nas palavras de Ricoeur “Ces multiples formes de l’abus font ressortir la vulnérabilité fondamentale de la mémoire, laquelle résulte du rapport entre l’absence de la chose souvenue et sa présence sur la mode de la représentation”<sup>6</sup> (RICOEUR, 2000, p.69).

O abuso da memória ocorre no nível patológico-terapêutico: as memórias podem tornar-se abusivas para o indivíduo a um nível patológico, o que o leva a metaforizar suas lembranças em certas práticas. Ricoeur distingue duas formas patológicas de memória, o luto e a melancolia, sendo o primeiro um polo “positivo”, pois o luto constitui o fator necessário para que o indivíduo supere uma memória, ao passo que a melancolia leva a um estado de rememoração

5 “A distinção entre mnémé e anamnésis apoia-se em duas características: de um lado a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste numa busca ativa. Por outro lado, a simples lembrança está sob o império do agente da impressão, enquanto seus movimentos e toda a sequência de mudanças que vamos relatar tem seu princípio em nós” (RICOEUR, 2000, p.22).

6 “Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação” (RICOEUR, 2000, p.98).



incessante, o que Nietzsche chamava de “ruminação” do indivíduo. Para a história corresponde a uma memória estagnada no passado que não consegue lidar com os traumas sociais.

O uso abusivo da memória também ocorre em um nível prático: este nível diz respeito à manipulação da memória a partir do conceito de identidade, “Le coeur du problème, c’est la mobilisation de la mémoire au service de la quête, de la requête, de la revendication de l’identité”<sup>7</sup> (RICOEUR, 2000, p.98). A identidade é frágil em relação à memória por três razões: a identidade se dissolve em relação ao *tempo*, ao *confronto com o outro* e com sua *herança da violência fundadora*. Assim, a identidade é, essencialmente, uma forma de um ser se mesclar à história e a memória, na medida em que pertence a um elemento coletivo que vai além de si.

Por fim, temos o nível ético-político que diz respeito às questões de justiça que a política impõe aos indivíduos e, como essas relações político-sociais, efetivam-se enquanto um *dever de memória* – a lembrança como uma necessidade ética para reparar um acontecimento traumático. Nesse ponto, Ricoeur associou a função do historiador a do juiz:

La raison en est que les rôles respectifs de l’historien et du juge, désignés par leur intention de vérité et de justice, les invitent à occuper la position du tiers au regard des places occupées dans l’espace public par les protagonistes de l’action sociale. Or un vœu d’impartialité est attaché à cette position du tiers<sup>8</sup> (RICOEUR, 2000, p.413).

56

Avaliemos o percurso transcorrido até este momento. Ricoeur apresentou sua concepção de memória como a mediação progressiva entre aparentes oposições: o trajeto que se inicia com o traço mais molecular da memória, a lembrança, entre a *afecção* e produção da memória, e prossegue até a relação entre memória pessoal e coletiva. Para Ricoeur a memória não deve ser encarada como um dado evidente, natural e que não necessita ser refletido. Tal postura se dá, justamente, pelo olhar exclusivamente epistemológico em história acerca da memória convertida em rastro documento: o historiador se interroga acerca das condições de possibilidade, das relações que um documento pode suscitar, deixando escapar questionamentos fundamentais de caráter ontológico como a função do referente, tanto o narrador quanto o leitor, e do agente (o equivalente do *personagem* na ficção) envolvido na narrativa. Como afirmou Silva (2010, p.14): “Paul Ricoeur desloca a questão

7 O coração do problema é a mobilização da memória ao serviço da busca, da solicitação, da reivindicação de identidade” (RICOEUR, 2000, p.98).

8 “A razão para isso é que os papéis respectivos do historiador e do juiz, designados por sua intenção de verdade e de justiça, os convidam a ocupar a posição de terceiros em termos de locais ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social. Um voto de imparcialidade está ligada a esta posição do terceiro”.



da memória e da narrativa para o plano do procedimento hermenêutico, em que o esquecimento é também um procedimento hermético”.

Dessa forma, percebemos que Ricoeur explicitou os elementos ontológicos da memória, enfatizando a postura do sujeito, tanto no nível elementar (pessoal) da memória, quanto em seu nível coletivo. Cabe-nos, agora, explicar o modo como Ricoeur associa essa “ontologia da memória” à narrativa histórica.

### **História, ontologia e representância**

O segundo eixo que destacamos da última obra de Ricoeur é a questão da ontologia histórica desenvolvida pelo filósofo francês, a partir da análise do campo de refiguração hermenêutica que corresponde na historiografia à fase denominada *representância*. Ricoeur sempre enfatizou, bastante, a importância do terceiro termo, da recepção, enfocando, contudo, suas análises nos dois outros processos, no caso o campo de pré-figuração e o de configuração propriamente. A noção de representância possibilita que “l’ouverture d’une question qui dépasse les ressources de l’épistémologie de l’historiographie et se tient au seuil d’une ontologie de l’existence en histoire”<sup>9</sup> (RICOEUR, 2000, p.359). Para o filósofo francês, o termo “condense en lui-même toutes les attentes, toutes les exigences et toutes les apories liées à ce qu’on appelle par ailleurs l’intention ou l’intentionnalité historique”<sup>10</sup>(RICOEUR, 2000, p.359). A *representância* se dá não apenas no momento da refiguração, mas só se efetiva se estiver nas outras duas fases, ou seja, para que a promessa de verdade proferida pelo historiador seja efetiva é necessário que esse explicita tanto as fontes, os documentos utilizados, bem como o método, os caminhos que percorreu para tratar da temática selecionada, ou, “autrement dit, c’est ensemble que scripturalité, explication compréhensive et preuve documentaire sont susceptibles d’accréditer la prétention à la vérité du discours historique”<sup>11</sup> (RICOEUR, 2000, p.363). É, portanto, trazendo à tona a questão da relação entre discurso histórico, verdade e memória e sua questão com o referente que o conceito de representância se aproxima do cerne dessa análise, mediando os elementos epistemológicos e ontológicos da história.

9 “A abertura de uma questão que ultrapassa os recursos da epistemologia da historiografia e se encontra no limiar de uma ontologia da existência histórica” (RICOEUR, 2000, p.359).

10 “condensa em si mesmo todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias relacionadas àquela que se costuma denominar de a intenção ou a intencionalidade do historiador” (RICOEUR, 2000, p.359).

11 “Dito de outra maneira, este conjunto que reúne a escrituralidade, a explicação compreensiva e a prova documentária são suscetíveis a creditar a pretensão à verdade do discurso histórico” (RICOEUR, 2000, p.363).



A tarefa ontológica de Ricoeur restitui ao historiador um caráter de ser-narrador. Essa tarefa se deu a partir da “crítica hermenêutica”, que executa duas funções: por um lado expõe os limites da história enquanto saber absoluto, por outro pondera a utilidade de uma historiografia consciente de seus limites, assim “La philosophie critique appliquée à l’histoire a pour tâche principale, on l’a dit, de réfléchir sur les limites que tenterait de transgresser un savoir sur soi de l’histoire qui se voudrait absolu”<sup>12</sup> (RICOEUR, 2007, p.400). A parte “negativa” da crítica se dá quanto às pretensões totalizantes da história, em especial a partir de sua associação com o conceito de “modernidade”.

A questão aqui é, por que as histórias produzidas no presente são “melhores”, mais “seguras” que as anteriores? Se a questão da verdade em história se assenta no pacto narrativo, no qual o historiador dá a conhecer suas “armas”, a forma como produziu sua tese, e o leitor, por sua vez, aceita as condições do historiador, se esse referente de verdade é, portanto, mais subjetivo do que objetivo, por que existe a confiança de que a “nossa” modernidade seria melhor, mais confiável que as demais?

Já o elemento “positivo” da crítica se dá na valorização do caráter interpretativo da história. Vemos, portanto, nessa “crítica hermenêutica”, um aprofundamento da ideia que consideramos central no pensamento de Ricoeur acerca da história: a associação entre as tarefas epistemológicas e ontológicas que envolvem o discurso histórico. Ora, julgar e interpretar são duas ações que exigem a interação entre os três elementos hermenêuticos. Essa hermenêutica, que podemos caracterizar como ontológica, recebeu contornos mais definidos a partir da leitura que Ricoeur fez de *Ser e tempo*, obra clássica de Heidegger.

Ricoeur mediou a relação entre Heidegger e a historiografia a partir de três pontos: *morte*, *historicidade* e *intratemporalidade*. Os dois primeiros são mais “indiretos” na medida em que se referem aos efeitos da historiografia. É na *intratemporalidade* que temos a associação entre filosofia da história e historiografia por meio da ontologia de modo mais evidente.

A morte é um tema central no pensamento heideggeriano na medida em que essa engendra a angústia. O *dasein* é o ser que sabe que morrerá, um *ser-para-a-morte*, portanto, um ser consciente de sua existência, ou melhor, da finitude de sua existência. A historiografia entra nessa relação pessoal entre morte e existência por servir como suporte para os elementos de memória e por uma função *terapêutica*, posto que a história prepara o indivíduo para seu destino inevitável. Para Ricoeur, a morte, além de suporte, estabelece-se como base da produção do *ausente* em história. Por mais que utilizemos fontes orais,

12 “A filosofia critica aplicada à história tem por tarefa principal refletir sobre os limites que se tenta transgredir em um saber sobre a história que se pretende absoluto” (RICOEUR, 2000, p.400).



a historiografia, no geral, pauta-se na relação de um *referente* (o historiador) e de um *ausente*, geralmente morto. Assim Ricoeur (2000, p.480) propôs:

D'un côté, l'ontologie de l'être historique apporte sa pleine justification à cette conversion scripturaire à la faveur de laquelle un présent et un futur sont ouverts en avant du discours rétrospectif de l'histoire. En retour, l'interprétation par l'historien lui-même de cette opération en termes de sépulture vient renforcer la tentative du philosophe d'opposer à l'ontologie de l'être-pour-la-mort une ontologie de l'être-face-à-la-mort, contre-la-mort, où serait pris en compte le travail du deuil. Une version ontologique et une version historiographique du travail du deuil se rejoindraient ainsi dans un discours-sépulture à deux voix<sup>13</sup>.

A segunda aproximação entre Heidegger e os historiadores mediada por Ricoeur aprofundou seu caráter ontológico e se deu em torno da questão da *historicidade* (*Geschichtlichkeit*) que representa a condição do ser histórico (RICOEUR, 2000, p.481). O termo teve um maior impacto sobre a filosofia da história desde Hegel e serviu de fator para distanciar historiadores e filósofos. O conceito de "historicidade", comporta o cerne da filosofia da história, no caso seu caráter ontológico, posto que se refere a um "espírito": "Comment se fait-il (...) que l'esprit ait une histoire? Par le caractère épochal de la question, l'histoire philosophique a déjà fait sécession par rapport à l'histoire des historiens"<sup>14</sup> (RICOEUR, 2000, p.483). Contudo, a questão da historicidade não precisa ser um campo de uso exclusivo dos filósofos, muito pelo contrário, a historicidade pode ser utilizada pelo historiador para estabelecer a crítica do tratamento do passado enquanto um instrumento.

Se um dado acontecimento é irreversível seu sentido caminha na contramão já que podem ser contados e interpretados de outra forma. Nesse sentido, o historiador sempre refaz o sentido ao repetir o evento na forma narrativa. Além disso, a repetição historiográfica do evento também muda a carga moral que o envolve. Logo, a capacidade da história de repetir, de reencenar os eventos que aborda a tornam uma forma de conhecimento sempre "aberta", ou seja, independentemente de algo "ter-passado" o caráter de repetição da história não enseja uma única leitura, muito pelo contrário. Dessa forma, há diversas possibilidades de ser-no-passado tanto no *ato* da repetição (na configuração da narrativa) quanto nos seus *efeitos* (na recepção

<sup>13</sup> "De um lado, a ontologia do ser histórico fornece justificativa plena desta conversão escriturária a favor de um presente e um futuro, abertos ante o discurso retrospectivo da história. Em contrapartida, a explicação do próprio historiador sobre essa operação em termos de sepultura reforçam a tentativa do filósofo de opor a ontologia do ser-para-a-morte uma ontologia do ser-diante-da-morte, o que seria considerado o trabalho de luto. Uma versão ontológica e uma versão historiográfica do trabalho de luto se juntariam assim em um discurso-sepultura a duas vozes" (RICOEUR, 2000, p.480).

<sup>14</sup> "De que modo (...) o espírito possui uma história? Pelo caráter epocal da questão, a história filosófica já deixou de fazer parte da pesquisa da história dos historiadores" (RICOEUR, 2000, p.483).



por parte do leitor). Assim, a “L’historiographie aussi comprend le passé comme ‘retour’ de possibilités enfouies”<sup>15</sup> (RICOEUR, 2000, p.498).

A última, e mais importante, articulação entre Heidegger e a historiografia se dá na relação de “intratemporalidade”, a terceira modalidade de temporalização (após o ser-para-a-morte e historicidade) de *Ser e tempo*. Essa função ontológica-temporal representa o elemento ontológico do presente, na medida em que o *ser-diante-da-morte* se refere a uma expectativa de futuro e a *historicidade* ao passado. Foi sob a perspectiva da intratemporalidade que Ricoeur estabeleceu a mediação fundamental do livro entre história e memória.

Essa mediação começa pela diferença entre perspectivas antagonistas que podem ser esquematizadas sob a seguinte fórmula: quanto maior a capacidade de memória, menor a historicidade, posto que o caráter “pacientemente documentário” da crítica desfaz as solenidades da memória; por outro, quanto mais história menos coesão, já que em seu nível elementar, a história se apoia não só na memória, mas na reconstrução de lugares comuns, de tropos produzidos pela memória.

Ainsi encadrées, histoire de la mémoire et historisation de la mémoire peuvent s’affronter dans une dialectique ouverte qui les préserve de ce passage à la limite, de cette hubris que seraient, d’une part, la prétention de l’histoire à réduire la mémoire au rang d’un de ses objets, d’autre part, la prétention de la mémoire collective à vassaliser l’histoire par le biais de ces abus de mémoire que peuvent devenir les commémorations imposées par le pouvoir politique ou par des groupes de pression<sup>16</sup> (RICOEUR, 2000, p. 511).

60

Ricoeur detectou a cisão entre história e memória e procurou superá-la utilizando sua hermenêutica da mediação. Essa cisão teria provocado a produção de dois equívocos, de duas posturas exageradas: em primeiro lugar, temos o excesso de memória, cuja representação se dá no personagem Funes do conto de Borges, um homem que nunca esquece. Tal forma de memória conduziria a um ser melancólico, que não consegue realizar o trabalho de luto e precisa, sobretudo, *nunca esquecer*. Em segundo lugar, a história que busca evitar os “perigos” da memória anula os pontos de referência do historiador se transformarem em mera crítica, eterna juíza incapaz de proferir sentenças.

A resposta de Ricoeur para a dissolução do conflito entre memória e história opera por meio da mediação hermenêutica: a explicação histórica

<sup>15</sup> “A historiografia compreende assim o passado como o ‘retorno’ de possibilidades sepultadas” (RICOEUR, 2000, p.498).

<sup>16</sup> Assim enquadradas, história da memória e historicização da memória podem se confrontar em uma dialética aberta que lhes preservam desta passagem ao limite, dessa arrogância que seria de uma parte, a pretensão da história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos, por outro lado, a pretensão da memória coletiva de submeter a história pelo viés do abuso da memória, que podem tornar-se as comemorações impostas pelo poder político ou por grupos de pressão” (RICOEUR, 2000, p.511).



ao aceitar seu caráter ontológico permite estabelecer uma relação menos traumática com a memória, na medida em que não busca apenas invalidar a ideia de verdade em história, mas busca o referente, ou seja, não se pauta unicamente na dissolução, mas busca construir um sentido a partir do diálogo com a memória.

Há, nesse descompasso, uma relação também dupla e conflituosa que leva ao cerne do que consideramos a tese central de Ricoeur acerca da história, a mediação entre os conteúdos ontológicos e epistemológicos: *A história, a memória e o esquecimento* é o livro no qual o elemento ontológico, da relação entre subjetividade e história surge de maneira mais contundente. No entanto, como bem salientou Bona, e como procuramos deixar claro ao longo desse artigo, o interesse de Ricoeur na história se dá justamente em torno da possibilidade de articulá-la ao sujeito,

Assim, os momentos de diálogo com a história, a partir dos temas que lhe são caros, constituem-se em desvios interpretativos para se chegar ao sujeito. Ao tratar da história como narrativa, ao tratar da verdade em história, ao tratar da problemática da memória, ao tratar da própria hermenêutica e ao dialogar com historiadores, Ricoeur está seguindo o caminho do desvio pelos símbolos para a constituição do sujeito (BONA, 2010, p. 40).

A ontologia histórica de Ricoeur apresenta certas características que podem ser consideradas como “impressões digitais” das suas investigações acerca do tempo: em primeiro lugar, há a proeminência do presente nas três formas temporais, bem como na temporalidade própria do indivíduo: a memória como presente do passado, a ação como presente do presente e a promessa/ expectativa como presente do futuro. Em segundo, a ontologia histórica de Ricoeur é, necessariamente, narrativa, afinal, é apenas na armação da intriga que o tempo torna-se humano e a narrativa temporal. Por fim, Ricoeur buscou desfazer a cisão entre história e memória mediadas pela função do referente que permite, por um lado, atribuir a produção de uma determinada narrativa a um narrador e, por outro, os efeitos que essa produção, localizada e nomeada pôde suscitar. Mais do que isso, a ontologia histórica de Ricoeur diz respeito à forma como o indivíduo se realiza no mundo, no modo de existir. Como bem salientou Andrade (2007, p.30):

A formação do sujeito ocorre no lastro da descoberta de si como descoberta desse mundo histórico como material a ser explorado numa experiência hermenêutica; ela se dá através dessa tarefa de exploração, ou melhor, de extração de sentido, modo específico de a pessoa lidar com o mundo histórico e interpretar os textos, signos e



símbolos de sua existência, com o fito de constituir-se a si mesma e nisto reconhecer-se como tal, como pessoa.

A hermenêutica desenvolvida por Ricoeur se propõe a dissolver o conflito por meio da *via longa*, do olhar multifocal sobre um determinado elemento, buscando compreendê-lo sob os mais diversos ângulos, logo, uma hermenêutica fenomenológica dada a extensão e o conteúdo que pretende conciliar, seja acerca do tempo e da narrativa, seja acerca da memória e da história. Longe de representarem meras divagações, a relação traçada por Ricoeur entre memória e esquecimento instituem questões históricas e filosóficas fundamentais: como o sujeito pode se relacionar com o mundo contemporâneo pós-polarização? Como se construir nesse mundo? Como agir enquanto sujeito ético?

A questão do sujeito histórico deixa de ser teórico/especulativa e passa a se tornar ético/objetiva: não podemos recriar ou compreender, de forma global, um determinado pensamento, mas podemos, em contraparte, analisá-lo, criticá-lo, por essa ideia em jogo. Por isso, acredito que da mesma maneira que o historiador parte de certo referencial narrativo, também carrega consigo uma determinada concepção de sujeito que implica não apenas em um caráter metadiscursivo, mas permeia toda a operação historiográfica. O reconhecimento do elemento ontológico complementa e enriquece a crítica epistemológica da história na medida em que atinge locais que a epistemologia deixava de lado, como pudemos observar na análise de Ricoeur acerca do esquecimento. Poderíamos voltar a pensar sem maiores traumas em uma filosofia da história?

62

## **Referências**

ANDRADE, Abrahão Costa. “Paul Ricoeur: o sujeito na história” In: *Síntese - Revista de Filosofia*, V. 34 N. 108. Belo Horizonte, 2007, p. 23-32

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

DOSSE, François. “Le moment Ricoeur” in *Vingtième Siècle Revue d’histoire*. Numero 69, Paris, 2001, p. 137–152.

MELO, Francisco Denis; “Sobre a história, a memória, o esquecimento em Paul Ricoeur – os labirintos da epistemologia e da hermenêutica”. *Revista Historiar*, vol. 3, n.3 Sobral-CE, 2010;



NETO, Joachin de Melo Azevedo. “Nos interstícios da memória e do esquecimento: Paul Ricouer e a escrita da história”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011;

OLIVEIRA, Eliane Dias de; TEDESCHI, Losandro Antonio. “Nos Caminhos da Memória, nos Rastros da História: Um Diálogo Possível”. *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim-MS, vol 2, n 4, 2011.

PUELLES, Antonio Milán. *Ontología de la existencia histórica*, Madrid, CSIC, 1951.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Fr: Éditions du Seuil, 2000.

RICOEUR, Paul. Transcrição de comunicação na conferencia “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”, Budapeste, 2003, p. 1. Disponível em [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia). [Acessado em 20/07/2014]

SILVA, H. R. . A renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. In: Jurandir Malerba; Carlos Aguirre Rojas. (Org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007, v. , p. 167-186.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília (UNB), 1995.

